



Celesc: Assembleias
do ACT 26/27 ocorrem
nesta semana
Página 2



Celos: Candidatos
apoiados pela Intercel
percorrem o estado
Página 3



www.linhaviva.org.br

CELESC PÚBLICA

Ralf Zimmer, Laís Chaud e Bruno Pedreiro se comprometem com a Celesc Pública

ASSINATURAS DO TERMO DE COMPROMISSO PELOS CANDIDATOS AO GOVERNO DE SANTA CATARINA FORAM REALIZADOS NA SEMANA PASSADA, NA CAPITAL



Ralf Zimmer, Laís Chaud e Bruno Pedreiro assinam carta-compromisso com a manutenção da Celesc Pública

Zimmer é defensor público do estado de Santa Catarina, Chaud é psicóloga e Pedreiro trabalha na construção civil

Os sindicatos da Intercel e o Conselheiro eleito pela categoria na Celesc dão continuidade ao diálogo com todas as candidaturas ao governo de Santa Catarina para que assinem a carta-compromisso de, se eleitos, manterem com o Estado o controle acionário da Celesc. Todas as candidaturas estão sendo procuradas e, conforme divulgado na edição 1707 do jornal Linha Viva, aquelas que se negarem a assinar também será divulgado o nome e a motivação, se o candidato indicar. Os primeiros candidatos a assinarem a carta foram Gelson Merisio (PSB) e João Rodrigues (PSD). Na última semana, a Intercel se reuniu com mais três candidaturas, conforme relato a seguir:

Ralf Zimmer (PRD)

O candidato se reuniu com dirigentes da Intercel e o Conselheiro eleito, Paulo Horn, na sede do Sinergia, na capital. No encontro, Zimmer registrou que já havia assinado a carta-compromisso na eleição passada, quando também foi candidato ao governo, e afirmou que: "Assim como os celesquianos, também sou servidor de carreira do estado. Sei da nossa batalha do dia a dia. Quero fazer um mutirão para o julgamento de ação de improbidade da Celesc". Segundo o candidato, tramita hoje no Judiciário "uma ação civil pública de improbidade no valor de R\$ 150 mi que,



atualizados, chega a mais de R\$ 300 mi". Ainda segundo Zimmer, o Ministério Público de Santa Catarina estaria atuando nesta ação, que estaria "há 12 anos no Judiciário sem julgamento". Por fim, ele disse ser "a garantia de uma Celesc Pública, proteção ao seu patrimônio e ao seu servidor".

Laís Chaud (UP)

A quarta candidata a assinar a carta-compromisso com a manutenção da Celesc Pública foi Laís Chaud. Ela encontrou o Conselheiro e representantes da Intercel também em Florianópolis na quarta-feira da semana passada. Chaud afirmou que o seu partido e a sua candidatura "defendem os serviços públicos 100% públicos. Nós não defendemos a privatização, como outros candidatos apontam que é a solução. Mas nós sabemos que o que tem acontecido hoje é precarizar para privatizar e essa não é a saída. Nem para os trabalhadores e muito menos para a população". A candidata também afirmou que "somos em defesa da retomada da Eletrobras 100% pública e aqui em Santa Catarina que a Celesc também não entre nessa lista, como ocorreu em outros estados com privatizações de companhias de energia". Por fim, ela afirmou que "estamos juntos nas lutas, para muito além da candidatura, nas greves e em apoio à classe trabalhadora".



Bruno Pedreiro (PCO)

Bruno Andrade Dias, conhecido como Bruno Pedreiro, também se reuniu na capital com os sindicatos da Intercel e com o Conselheiro eleito na semana passada. Ele disse que, se eleito, pretende não deixar privatizar a Celesc: "É a empresa de energia mais importante do País nesse momento na luta contra a privatização. Faço a defesa da luta dos trabalhadores contra todos aqueles que querem praticar o pacote de maldades, privatizando e implementando altas tarifas na população, que traz como consequências o retrocesso econômico e industrial para o País". Pedreiro, por fim, afirmou que "devemos defender com todas as forças a luta dos eletricitários e a revisão de todas as privatizações. Principalmente a privatização da Eletrobras, que trouxe atraso econômico e político ao País".



Outras candidaturas

Ainda não assinaram o compromisso os candidatos Marcelo Brigadeiro (Missão), Professor Marcus Sodré (PSTU) e Jorginho Mello (PL). O candidato Marcus Sodré confirmou que assinará o compromisso na próxima semana. A Intercel segue buscando diálogo com as coordenações de campanhas para que os demais candidatos também se comprometam publicamente com a defesa da Celesc Pública.

Categoria decide sobre contraproposta ao ACT 2026/2027 na Celesc

Assembleias acontecem nesta quinta-feira, 3 de setembro



longo da negociação — entre elas, o **aumento da participação da Celesc de 60% para 70% no Plano Celos Saúde Essencial e a renovação da garantia de emprego até 2029** —, a avaliação dos sindicatos é de que, até o fim da sexta rodada, ainda havia reivindicações importantes **sem resposta satisfatória**.

A negociação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2026/2027 entre a Intercel e a Celesc chega à reta final. Nas rodadas realizadas nos dias 26 e 27 de agosto, começaram as discussões sobre as cláusulas financeiras, mas a proposta apresentada pela empresa ficou **abaixo das expectativas dos trabalhadores**, especialmente por prever reajustes baseados apenas na reposição do INPC, sem ganho real e sem o abono reivindicado pela categoria.

Na sexta rodada, a Intercel cobrou avanços concretos em temas como reajuste salarial, vale-alimentação, isonomia e liberação de dirigentes sindicais.

Apesar de conquistas importantes ao

A última rodada de negociação está marcada para esta quarta-feira, 2 de setembro (após o fechamento dessa edição do LV). Na sequência, nesta quinta-feira, 3 de setembro, serão realizadas as Assembleias de apreciação da contraproposta ao ACT, em todas as regiões do estado (edital ao lado).

A Intercel reforça a importância da participação da categoria. É nas assembleias que os trabalhadores poderão conhecer a contraproposta final da empresa, avaliar os avanços obtidos e definir coletivamente os próximos passos da campanha salarial.

Participe da assembleia da sua região. A força da categoria está na unidade e na mobilização!

Vote nas chapas apoiadas pela Intercel e APCelelesc

Candidatos a Diretores e Conselheiros apoiados pela Intercel e pela APCelelesc representam uma proposta de continuidade, transparência e defesa dos interesses dos participantes



A eleição para a Celos – Fundação Celesc de Seguridade Social acontece no dia 17 de setembro, quando os participantes escolherão dois diretores e dois representantes para o Conselho Fiscal. A Intercel e a Associação dos Aposentados e Pensionistas da Celesc (APCelelesc) apresentam candidaturas unificadas, com o compromisso de fortalecer a Fundação, preservar os direitos dos participantes e garantir uma gestão transparente e profissional.

Para a Diretoria Administrativo-Financeira, o candidato apoiado é **Leandro Nunes da Silva**. Empregado da Celesc desde 2006, é economista, administrador, cientista político e eletrotécnico, com formação em gestão financeira e mercado financeiro. Desde 2023, ocupa a Diretoria Administrativo-Financeira da Celos e possui experiência nos Conselhos da Fundação e da Celesc.

A proposta é dar continuidade ao trabalho realizado, com foco na gestão profissional, na transparência, na modernização dos sistemas e na busca por rentabilidade adequada e

segurança para os investimentos. Sob sua gestão, entre 2023 e 2025, o patrimônio da Celos foi ampliado em aproximadamente R\$ 1 bilhão, encerrando o período com cerca de R\$ 5 bilhões contabilizados.

Para a Diretoria de Seguridade, o candidato apoiado é **Vitor Lopes Guimarães**. Engenheiro eletricista, foi empregado da Celesc por 41 anos e ocupou diversas funções de gestão, incluindo a Diretoria de Distribuição. Também foi eleito pelos trabalhadores para três mandatos como Diretor Comercial.

Sua proposta prioriza o fortalecimento dos planos de saúde e previdenciários, com atenção aos custos para os participantes, ampliação da rede credenciada, fortalecimento da Clínica APS e acompanhamento permanente da sustentabilidade atuarial dos planos.

Conselho Fiscal

Para o Conselho Fiscal, a Chapa 1 é formada por **Douglas Dutra** (titular) e **Aurélio Furtado** (suplente). Douglas é empregado da Celesc desde 2005, técnico industrial e presidente do Sintevi. Aurélio é engenheiro eletricista e advogado e atuou na Celesc entre 1982 e 2006, tendo ocupado diferentes funções de gestão.

A Chapa 2 é composta por **Amilca Colombo** (titular) e **Dirceu Simas** (suplente). Amilca é técnico em Contabilidade

e bacharel em Direito, com 32 anos de atuação na Celesc e experiência na direção do Stieel. Dirceu é graduado em Geografia e trabalhou na Celesc de 1989 a 2026, tendo também exercido diversas funções no Sindinorte.

As candidaturas defendem um Conselho Fiscal independente e atuante, responsável por fiscalizar investimentos, orçamento, avaliações atuariais e o cumprimento das normas que regem a Fundação.

Participe da eleição

A votação será on line, no dia 17 de setembro, podendo ser realizada pelo computador, celular ou tablet. O acesso será feito com a senha utilizada no autoatendimento da Celos.

Os candidatos estão percorrendo desde a semana passada postos de trabalho em todas as regiões do estado. A Intercel e a APCelelesc reforçam a importância da participação de ativos e assistidos na eleição. No dia 17 de setembro, exerça seu direito de voto e participe das decisões que definem os rumos da Celos.



FIQUE POR DENTRO DAS NOVIDADES

Mais falta d'água...

Após faltar água na loja da Celesc em Palhoça, no dia 23, a falta d'água por conta da limpeza da caixa ocorreu na sede da ARFLO, na sexta-feira (28), e na segunda-feira (31). Será que esse tipo de limpeza não poderia ser feita aos sábados, para não prejudicar os trabalhadores?

InterEBE entrega pauta de reivindicações à Engie Brasil

Os sindicatos que compõem a InterEBE entregaram no dia 27 de agosto a Pauta de Reivindicações da categoria ao Diretor de Recursos Humanos da Engie Brasil, Eduardo Vetere. **A primeira reunião de negociação do Acordo Coletivo ocorrerá no dia 9 de setembro.**

Privatização de Parques na capital

Na terça-feira, dia 8, às 14h, será realizada na Câmara de Florianópolis a audiência pública que debaterá o PL 19.937/2026, que pretende **privatizar 528 espaços públicos da cidade** (parques, praças, campos esportivos, entre outros).

Fim da escala 6x1 na pauta do Senado

A PEC 221/2019, que prevê o fim da escala 6x1, está na pauta do Senado nesta semana. A proposta será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) nesta quarta-feira (2) e prevê a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução salarial. Se aprovada, beneficiará milhões de trabalhadores em todo o País.



AXIA ENERGIA

Piso da PLR está na mira da empresa na negociação de 2026

Na negociação da PLR, empresa propõe acabar com piso que beneficia menores salários

Na sexta-feira, 28 de agosto, foi realizada a primeira reunião de negociação do Acordo de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) 2026, que será paga em 2027. No encontro, a Axia apresentou suas considerações sobre a forma de pagamento e sinalizou mudanças no modelo atualmente praticado.

Entre as alterações propostas está o fim do piso da PLR. O mecanismo é uma conquista histórica dos sindicatos e garante um valor mínimo de participação, independentemente da remuneração de cada trabalhador. Na PLR referente a 2025, paga em 2026, por exemplo, o piso foi de R\$ 15 mil.

A medida tem impacto especialmente entre os trabalhadores

com menores salários. Quem ingressa atualmente na empresa, por exemplo, recebe remunerações inferiores às dos empregados concursados e está entre os principais beneficiados pelo piso da PLR.

A coordenação do Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) aguarda o recebimento da documentação apresentada pela empresa para analisar detalhadamente a proposta e, a partir disso, aprofundar a discussão com a categoria.

Para o CNE, a negociação deve avançar na construção de uma PLR cada vez mais justa e que valorize os trabalhadores, e não na retirada de conquistas já consolidadas.



APOSENTADORIA ESPECIAL

PL 42 não é pautado no esforço concentrado do Congresso

Aposentadoria especial poderá beneficiar trabalhadores da Celesc, Cerej, Axia, Engie e outras do ramo

O Projeto de Lei (PL) 42, que tramita em regime de urgência no Congresso Nacional, tinha expectativa de ser incluído na pauta de votações desta semana, durante o esforço concentrado da Câmara dos Deputados. No entanto, a proposta não chegou a ser pautada.

A urgência na tramitação foi conquistada após uma mobilização nacional realizada em 11 de agosto, quando ocorreu um seminário nas Comissões de Trabalho e de Finanças e Tributação da Câmara. O encontro reuniu representantes dos trabalhadores em defesa do retorno da aposentadoria especial retirada pela Reforma da Previdência (Emenda Constitucional 103), aprovada em 2019.

A Confederação Nacional dos Urbanitários (CNU), entidade for-

mada por quatro federações regionais — FURCEN, FRUSE, FRUNE e FESUL — participou da mobilização. A entidade foi representada pelo secretário de Energia, Tiago Bitencourt Vergara.

Apesar da conquista do regime de urgência, não foi possível garantir a inclusão do PL 42 na pauta de votações desta semana. A mobilização, porém, continua. As entidades dos trabalhadores afirmam que seguirão atuando pela aprovação do projeto e pelo retorno da aposentadoria especial, uma das garantias retiradas pela Reforma da Previdência de 2019.

Se aprovada, a medida beneficiará trabalhadores que atuam diretamente expostos ao risco de energia.

Lucas Henrique da Silva Coordenador Geral SINERGIA	Douglas Dutra da Silva Presidente do SINTEVI	Luciano Marcos Antunes Pinto Presidente do SINTRESC
Antonio Cesar de Sousa Correa Presidente do STIEEL	Ailton Communello Presidente do SINDINORTE-SC	

Os avanços e impactos do modelo de transição energética em Cuba (2026)

A transição energética para fontes renováveis constitui um pilar fundamental para enfrentar os desafios atuais do país. Cuba avança gradualmente em seu programa de instalação de sistemas solares fotovoltaicos

Desde 29 de janeiro deste ano, nós, cubanos, estamos submetidos a uma dura realidade imposta por sanções do governo dos Estados Unidos – o chamado “Cerro Petrolífero”. Essa medida asfixia a economia cubana em níveis elevadíssimos, e o custo de vida atingiu patamares extraordinários e sem precedentes.

Nesses seis meses, as adversidades e vicissitudes decorrentes das sanções ligadas ao cerco petrolífero, foram documentadas estatisticamente; números apresentados por diversos meios de comunicação – tanto oficiais quanto independentes, nacionais e estrangeiros – mostram a dimensão dos danos causados por essa sanção unilateral ao nosso país.

No entanto, em minha opinião, os aspectos mais complexos e incalculáveis são os sentimentos de desesperança, incerteza ou impotência que vivenciamos. Em março deste ano, amigos e militantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) – integrantes da VI Turma e da terceira etapa do curso “Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo” – perguntaram-me, com sensibilidade e incerteza, como Cuba estava vivendo nessa situação. Respondi com outra pergunta: “Algum país do mundo consegue viver sem suprimentos de petróleo?”.

A resposta – inclusive para mim – foi não; nenhum país consegue viver sem combustíveis fósseis. Expliquei e illustrei a situação de colapso econômico e social que enfrentávamos até março e o que fazíamos para sobreviver. Nos meses seguintes e até hoje, a situação piorou: enfrentamos cortes de energia de até 20 horas ininterruptas sem eletricidade.



A geração de energia tem conseguido suprir apenas cerca de um terço da demanda diária (3.100 ou 3.200 MW), e o sistema sofreu 11 desligamentos – dados que ilustram de forma contundente o custo do cerco energético em Cuba.

Cuba, por meio da resistência, da criatividade, da ciência, do uso de fontes renováveis, da atuação do Estado e do Governo e do saber popular, reverte a situação e implementa soluções parciais que geram bem-estar aos cubanos neste cenário tão complexo.

A Estratégia Nacional para a Transição Energética em Cuba vem sendo desenvolvida desde 2024; ela visa contribuir para a recuperação da economia nacional e seu posterior crescimento mediante um fornecimento suficiente e soberano de serviços energéticos – ao menor custo possível e com uso eficiente –, além de elevar a qualidade de vida da população ao atender à demanda e garantir acessibilidade, preços módicos e segurança nos serviços energéticos para o setor residencial.

A resposta mais vigorosa às sanções ou ao bloqueio de petróleo ocorreu nos últimos quatro meses; ilustro isso com dados do município onde resido, El Salvador, na província de Guantánamo, onde grande parte do setor de serviços e do setor residencial foi beneficiada pela instalação de mais de 70 kits fotovoltaicos no território.

Sistemas fotovoltaicos instalados no setor de serviços:



Agência bancária: 32 kW de potência instalada (realiza pagamentos a 2.540 aposentados e atende 60 cooperativas agrícolas, 4 empresas e 740 trabalhadores autônomos)

Agência da companhia de comunicações: 50 kW de potência instalada

Agência da companhia de eletricidade: 6 kW de potência instalada

Policlínicas e centros do sistema de saúde municipal: 18 kW de potência instalada (atende por mês média de 92 internações na ala de obstetrícia, 107 de terapia, 117 consultas médicas e 2.330 atendimentos de pronto-socorro)

Serviços funerários locais: 4 kW de potência instalada

Sistema de centros culturais locais: 16 kW de potência instalada

Diretoria municipal de planejamento e economia: 2 kW de potência instalada

Comitê municipal do Partido Comunista de Cuba: 2 kW de potência instalada

Sistemas fotovoltaicos instalados no setor residencial:

Parque fotovoltaico na comunidade La Escondida, com 48 kW de potência instalada.

Em zonas sem acesso à rede elétrica (zonas “zero voltagem”), foram instalados 13 sistemas de 2 kW de potência (nas comunidades Chapala 8, La Cidra, Los Torteros e Media Luna).



Esses sistemas trazem satisfação e benefícios ao nosso município, pois viabilizam serviços básicos que melhoram a vida de uma população de mais de 42 mil habitantes, incluindo a instalação de sistemas fotovoltaicos em comunidades que não tinham acesso ao sistema elétrico nacional (baseado em combustíveis fósseis).

Os serviços viabilizados por esses kits garantem consultas médicas 24 horas por dia, assistência social e médica a idosos que necessitam de cuidados, a manutenção das operações financeiras de empresas e entidades locais, a realização de pagamentos, o uso de serviços de banco móvel e transações bancárias diárias, a conectividade e o acesso 24 horas a telefonia e comunicações, serviços funerários, o cozimento de alimentos por indução e outras tecnologias domésticas, além do acesso a espaços culturais que promovem a integração e o lazer social.

A maior satisfação não reside apenas na capacidade fotovoltaica instalada

em termos quantitativos – embora isso seja muito importante, garanto; a maior satisfação é poder usufruir desses serviços, construir coletivamente, ajudar o próximo e compreender como as energias comunitárias se articulam em tempos de crise energética.

Um aspecto muito interessante dessa estratégia de transição energética em Cuba é a participação popular no modelo energético do país; esse fator tem valor inestimável para a construção e o desenvolvimento, assim como a autogestão, a capacitação e a educação sobre o uso de tecnologias fotovoltaicas, garantindo a participação consciente de cada indivíduo na sociedade e o envolvimento de recursos humanos em todos os níveis educacionais.

Outro aspecto importante na construção e no desenvolvimento da estratégia são as doações de kits fotovoltaicos realizadas por movimentos sociais de todo o mundo, organizações e pela colaboração internacional no exercício da solidariedade, além da elaboração de projetos de pesquisa que atendem aos serviços e ao setor residencial.

Embora ainda haja muito a fazer para suprir as demandas energéticas do município, essas capacidades instaladas promovem o bem-estar da população e garantem o atendimento mínimo aos principais serviços básicos e residenciais.

Alcançar, com a participação de toda a sociedade, uma rápida Transição Energética que garanta – ao menor custo possível e com impacto ambiental positivo – a suficiência, a soberania e a segurança do suprimento de energia necessário para o desenvolvimento sustentável do país é o objetivo da Estratégia Nacional para a Transição Energética.

¡Cuba vive, resiste y crea! ¡Cuba no está sola! ¡Hasta la victoria siempre!

Texto: Luis Raúl López Ibañez (Discente do curso de Especialização em Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo, pela UFRJ) e Aliobys Cabrera Calderín (Profesor do Centro Universitario El Salvador)

Nota: dados confirmados pela unidade local de energia elétrica do município de El Salvador

A demanda elétrica do município de El Salvador é de 1.300 MW mensais e 43,33 MW diários